



DUMBA MICROBANCO, S.A.

Demonstrações Financeiras em 30 de Junho de 2026

ÍNDICE

PÁGINAS

Relatório da Direcção Executiva.....	3
Demonstração dos Resultados.....	4
Demonstração da Posição Financeira.....	5
Demonstração de Fluxo De Caixa	6
Demonstração das Alterações No Capital Próprio.....	7
Notas Às Demonstrações Financeiras.....	8 - 20
Anexos à Circular nº 3 / SHC/ 2007.....	22 - 23

RELATÓRIO DA DIRECÇÃO EXECUTIVA

A responsabilidade pela preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Instituição, em conformidade com o Aviso Nº 04/GGBM/2007 de 30 de Março, é do DUMBA MICROBANCO, S.A.

As demonstrações financeiras para o período findo a 30 de Junho de 2026, foram preparadas de acordo com o Aviso acima, as Normas de Contabilidade Internacionais de Relato Financeiro, à luz consagrada, pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, bem assim com a estrutura conceptual para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras que enquadra aquelas normas.

O pressuposto de continuidade das operações foi tomado em consideração na preparação das referidas demonstrações financeiras, baseado em previsões e recursos financeiros disponíveis, e a Direcção Executiva não possui conhecimento de qualquer razão que possa perigar a continuidade da instituição num futuro previsível.

A Direcção Executiva é igualmente responsável pela manutenção de um sistema de controlo interno, apropriado, que permita prevenir e detectar eventuais erros ou irregularidades.

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELA DIRECÇÃO EXECUTIVA

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direcção Executiva da Instituição em 22 de Julho de 2026 e vão assinadas em seu nome por:

O Técnico de Contas



A Direcção Executiva



Eduardo Sérgio Cassola



José Luís Veloso dos Santos



Fernando Manuel Madeira



Miguel Pina Veloso dos Santos

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E OUTROS RESULTADOS INTEGRAL EM 30 DE JUNHO DE 2026

DESCRIÇÃO	Notas	30/06/2026	30/06/2025
Juros e Rendimentos Similares	5	33.923.917	20.536.372
Juros e Encargos Similares	6	(4.650.000)	(1.375.000)
Margem Financeira		29.273.917	19.161.372
Rendimentos com serviços e Comissões	7	2.111.829	1.189.203
Encargos com Serviços e Comissões	8	(641.757)	(11.116)
Outras perdas operacionais (Reversões na recuperação de crédito)	9	(1.255.884)	(662.777)
Outros Resultados de Exploração		1.099.869	594.012
Produto Bancário		30.587.974	20.270.694
Custo com Pessoal	10	(6.343.104)	(4.770.444)
Gastos Gerais Administrativos	11	(6.166.521)	(5.414.771)
Amortização do Exercício	12	(589.910)	(578.526)
Imparidade de Outros Activos Financeiros Líquidos	13	(4.842.042)	(594.405)
Resultado Antes de Impostos		12.646.398	8.912.549
Impostos Correntes		-	-
Impostos Diferidos		-	-
Lucro/Prejuízo do exercício		12.646.398	8.912.549

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 30 DE JUNHO DE 2026

ATIVO	Notas	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	14.15	273.123	262.907
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	16	25.757.163	31.714.816
Aplicações em Instituições de Crédito		27.000.000	-
Crédito a Clientes	17	158.542.418	142.114.379
Activos Tangíveis	19	2.156.092	2.526.113
Activos Intangíveis	20	611.799	786.688
Activos por Impostos correntes		1.418.584	-
Outros Activos	18	2.851.529	2.621.804
Total de Activos		218.610.708	180.026.707
PASSIVO			
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	22	107.000.000	77.000.000
Passivos por Impostos Correntes		52.570	5.402.260
Outros Passivos	21	8.693.426	23.406.134
Total de Passivos		115.745.996	105.808.394
Capital	23	78.675.000	62.675.000
Reserva Legal		3.512.278	70.406
Outras Reservas e Resultados Transitados		8.031.036	(5.294.052)
Resultado do Exercício		12.646.398	16.766.960
Total de Capitais Próprios		102.864.712	74.218.314
Total dos Passivos e Capital Próprio		218.610.708	180.026.707

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA EM 30 DE JUNHO DE 2026

Descrição	Notas	Jun-2026	Dez-2025
Actividades operacionais			
Resultado após Impostos		12.646.398	16.766.960
Ajustamentos de:			
Amortizações		589.910	1.086.632
Aumento/redução de crédito de clientes	17	(16.428.039)	(75.475.869)
Aumento/redução de activos detidos para negociação		(27.000.000)	-
Aumento/redução de outros activos	18	(229.725)	(2.194.267)
Aumento/redução de Activos por Impostos correntes		(1.418.584)	-
(Aumento)/redução de recursos de clientes e outros empréstimos	22	30.000.000	62.000.000
Aumento/redução de outros passivos	21	(20.062.397)	(10.238.461)
Fluxo de caixa gerado / (usado) das actividades operacionais		(21.902.437)	(8.055.005)
Actividades de investimento			
Aquisição de activos tangíveis e intangíveis	19.20	(45.000)	(248.195)
Fluxo de caixa usado nas actividades de investimento		(45.000)	(248.195)
Actividade de financiamento			
Realização de aumentos de capital social e de outras contribuições dos sócios	23	16.000.000	34.575.000
Caixa líquida usada nas actividades de investimentos		16.000.000	34.575.000
Variação de caixa e equivalentes de caixa		(5.947.437)	26.271.801
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		31.977.723	5.705.922
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		26.030.286	31.977.723

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 30 DE JUNHO DE 2026

Descrição	Capital social	Reserva Legal	Resultados Transitados	Resultado Líquido	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2026	62.675.000	3.512.278	8.031.036	-	74.218.314
Aumento de Capital Social	16.000.000	-	-	-	16.000.000
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	12.646.398	12.646.398
Saldo em 30 de junho de 2026	78.675.000	3.512.278	8.031.036	12.646.398	102.864.712

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2026

1.	Introdução	9
2.	Princípios contabilísticos	9
3.	Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas	15
4.	Alterações nas políticas contabilísticas	15
5.	Juros e rendimentos similares	16
6.	Juros e encargos similares	16
7.	Rendimentos com serviços e comissões	16
8.	Encargos com serviços e comissões	16
9.	Outras perdas operacionais (Reversões na recuperação de crédito)	16
10.	Custo com pessoal	16
11.	Gastos Gerais Administrativos	17
12.	Amortizações do exercício	17
13.	Imparidade de Outros Activos Financeiros Líquidos	17
14.	Caixa	17
15.	Disponibilidades em bancos centrais	17
16.	Disponibilidades em outras instituições de crédito	18
17.	Crédito a clientes	18
18.	Outros Activos	18
19.	Activos tangíveis	18
20.	Activos intangíveis	18
21.	Outros Passivos	19
22.	Recursos de clientes e outros empréstimos	19
23.	Capital	19
24.	Contingências e compromissos	19
25.	Gestão de riscos financeiros	19
26.	Continuidade	20
27.	Eventos subsequentes	20

1. Introdução

O **DUMBA MICROBANCO, S.A.** é uma sociedade anónima que opera no sector financeiro, com sede em Maputo. A entidade é uma instituição de Microfinanças que presta serviços de concessão de crédito de curto, médio ou longo prazo a particulares e a pequenas e médias empresas.

O Dumba Microbanco, S.A. obteve aprovação para o exercício da actividade bancária a 03 de Agosto de 2023.

1.1. Bases de preparação e declaração de cumprimento

As demonstrações financeiras anuais foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da instituição, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, emanadas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, bem assim com a estrutura conceptual para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras que enquadra aquelas normas, em cumprimento ao disposto no Aviso 04/GGBM/2007 de 30 de Março de 2007.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no princípio do custo histórico e de acordo com os princípios fundamentais da continuidade das operações, substância sobre a forma e materialidade.

Exceptuando ligeiras sintetizações, a forma de apresentação, as demonstrações financeiras anexas estão expressas em Meticals e foram preparadas pelo **DUMBA MICROBANCO, S.A.** a partir dos seus registos contabilísticos e que irão ser submetidas à aprovação da Assembleia Geral dos accionistas.

2. Princípios contabilísticos

2.1. Caixa e equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados da demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores apresentados na Posição Financeira em caixa e depósitos em instituições de crédito.

2.2. Activos e passivos financeiros

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende do objectivo para o qual o instrumento foi adquirido bem como das suas características.

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos na Posição Financeira da entidade na data de contratação pelo respetivo justo valor acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis, excepto perdas e passivos ao justo através dos resultados em que os custos de transação são imediatamente reconhecidos em resultados.

Entende-se por justo valor o montante no qual um ativo ou passivo pode ser transferido ou liquidado, entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições

normais do mercado. O justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é geralmente ao preço da transação.

O justo valor é determinado com base em preços de um mercado activo ou em métodos de avaliação no caso de inexistência de tal mercado activo. Um mercado é considerado activo se ocorrerem transações de forma regular.

A entidade avalia, à data de cada balanço, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros está em imparidade. Considera-se que um activo financeiro está em imparidade se, e apenas se, existir evidência objectiva de perda de valor em resultado de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo e desde que tais acontecimentos tenham impacto sobre os fluxos futuros estimados dos activos financeiros. A evidência de imparidade que incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, incumprimento ou mora na liquidação do capital ou juros, a probabilidade de entrarem em falência ou em reorganização financeira e sempre que esteja disponível informação que indica um decréscimo de valor dos fluxos de caixa futuros.

i) Activos financeiros pelo justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui:

- Activos financeiros detidos para negociação, que corresponde essencialmente a títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura;
- Activos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como sendo activos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados na Posição Financeira pelo justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício.

ii) Investimentos detidos até à maturidade

Nesta categoria são classificados títulos de rendimento fixo de risco reduzido que a entidade tem a intenção e capacidade de deter até a data de seu vencimento.

Estes activos financeiros encontram-se registados pelo custo amortizado. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data de balanço corresponde ao seu custo inicial, tomando em consideração qualquer desconto ou prémio de aquisição e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva, deduzido de reembolsos de capital efetuados e perdas por imparidade e ajustado pela amortização, com base no método de taxa efectiva.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, o qual permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período da operação financeira. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

A entidade avalia, individualmente, se existe evidência de imparidade para os activos financeiros detidos até à maturidade. Caso exista evidência objetiva de que foi incorrida uma perda por imparidade, o montante da perda é determinado pela diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros dos activos. A quantia escriturada do activo é reduzida e a perda é reconhecida na demonstração dos resultados.

Se, em períodos subsequentes, o montante da perda por imparidade reduzir em virtude de um evento após o reconhecimento da perda, quaisquer montantes anteriormente registados devem ser ajustados.

iii) Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos e contas a receber são activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, e maturidade fixa, não cotados em mercados activos.

No reconhecimento inicial os empréstimos e contas a receber são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes activos são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e sujeito a testes de imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva.

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

A IFRS 9 estabelece requisitos a reconhecer e mensurar activos financeiros, passivos financeiros e alguns contractos de compra e venda de itens não financeiros.

Classificação

A IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para activos financeiros: (i) Mensurados ao custo amortizado, (ii) justo valor através de lucros ou prejuízos. A classificação de activos financeiros de acordo com a IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios na qual o activo financeiro é gerido e suas características de fluxos de caixa contratuais. De acordo com a IFRS 9, os eventuais derivados incorporados nos contratos nos quais o “host” é um activo financeiro no âmbito da norma nunca são separados. Invés disso, os instrumentos financeiros híbridos como um todo são avaliados para fins de classificação.

De acordo com a IFRS 9, as variações no justo valor são geralmente apresentadas da seguinte forma:

O valor da alteração do justo valor que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é apresentado em outro rendimento integral; e

O valor remanescente da variação do justo valor é apresentado nos lucros ou prejuízos.

Imparidade de activos financeiros

A Instituição usa como base para determinação e cálculo de imparidades de crédito o Aviso 16/GBM/2013 pelo facto de o Banco ter terminado o seu 2º ano completo de actividade e não possuir um histórico adequado que possa ajudar a criar um modelo de imparidades à luz do IFRS9.

2.3. Activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pela entidade no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzindo as amortizações e as perdas por imparidades acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que eles resultarão em benefícios económicos para a entidade.

As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso:

Activos tangíveis	Vida útil esperada (em anos)	Método de contabilização
Equipamento de transporte	4-5	Quotas constantes
Mobiliário social e administrativo	6	Quotas constantes
Equipamento básico	4-6	Quotas constantes
Ferramentas e utensílios	4	Quotas constantes

A entidade efectua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis, as alterações da vida útil esperada dos ativos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

As despesas em edifícios alheios são depreciadas em prazo compatível com o da sua utilidade esperada ou o contrato de arrendamento.

Um item dos activos tangíveis deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente do desconhecimento do activo (calculado como diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados no período do seu desconhecimento.

2.4. Activos intangíveis

Os activos intangíveis da entidade no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

2.5. Provisões

A entidade constitui provisões quando tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros e este possa ser determinado com fiabilidade.

O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade a data de balanço.

2.6. Reconhecimento dos rendimentos e gastos

O rédito é reconhecido desde que seja provável que irão fluir benefícios económicos para a entidade e desde que o rendimento possa ser mensurado com fiabilidade. O reconhecimento de rendimentos obedece, ainda, os seguintes critérios:

Juros, rendimentos e gastos equiparados

Para todos os instrumentos financeiros valorizados ao custo amortizado e juros relacionados com instrumentos financeiros classificados como disponíveis para a venda, os gastos e rendimentos de juros são registados à taxa de juro efectiva a qual apresenta a taxa que desconta os futuros pagamentos estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou período mais curto, se apropriado, para a quantia escriturada do activo, ou passivo financeiro. O cálculo toma em consideração todos os termos contratuais dos instrumentos financeiros e inclui comissões ou custos adicionais directamente relacionados com o instrumento e que se consideram uma parte integrante da taxa de juro efectiva, não considerando perdas futuras. Uma vez que o activo financeiro ou grupo de activos financeiros tenha sido reduzido como resultado de uma perda por imparidade, o rendimento do juro é daí em diante reconhecido usando a taxa de juro usada para descontar os fluxos de caixa futuros para efeitos de quantificação de perda de imparidade.

Rendimentos de taxas e comissões

A entidade obtém taxas e comissões de serviços prestados aos seus clientes. Tais rendimentos podem ser divididos nas seguintes categorias:

Receitas obtidas por serviços prestados durante um determinado período de tempo

Os rendimentos obtidos por serviços prestados durante um determinado período de tempo, onde se incluem as comissões, são especializados e reconhecidos no período correspondente.

Receitas obtidas por serviços de intermediação

As comissões resultantes da negociação ou participação na negociação de uma transação com um terceiro são reconhecidas aquando da finalização da transação.

2.7. Imposto sobre o rendimento

O total dos gastos de impostos registados em resultados, engloba os impostos correntes e os impostos deferidos.

Imposto corrente

O imposto corrente, activo e passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar as autoridades fiscais. A taxa legal do imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data da Posição Financeira.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o que difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos a matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Imposto diferido

Os impostos diferidos activos ou passivos correspondem ao valor de imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um activo passivo na Posição Financeira e a sua tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos de activos.

Os impostos diferidos de activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos sobre o rendimento (corrente ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transações que os originam tenham sido reflectidas noutras rubricas de fundos próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de fundos próprios, não afectando o resultado do exercício.

2.8. Benefícios dos colaboradores

As contribuições definidas para o Sistema de Segurança Social são geralmente financiadas pelos empregados (em 3% do salário bruto) e pela empresa (em 4% do salário bruto). A empresa não tem

obrigações adicionais sempre que as contribuições tenham sido pagas. As contribuições são reconhecidas como despesas com benefícios dos colaboradores quando são devidos.

2.9. Contingências

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a responsabilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota. Um activo contingente é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.10. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da Posição Financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da Posição Financeira ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da Posição Financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da Posição Financeira ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3. Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabelecem um conjunto de políticas contabilísticas que requerem que a Direcção Executiva efectue julgamentos e realize estimativas. As Principais estimativas contabilísticas utilizadas pela entidade são analisadas como segue:

Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são geralmente determinados pela entidade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da entidade sobre o enquadramento das suas operações, a qual é suscetível de poder vir a ser questionada pelas autoridades fiscais.

4. Alterações nas políticas contabilísticas

No período findo em **30 DE JUNHO DE 2026**, não ocorreu qualquer alteração de políticas contabilísticas que produzam efeitos na comparabilidade desse exercício.

5. Juros e rendimentos similares

Os juros e rendimentos apresenta-se como segue:

Descrição	26-Jun	25-Jun
Juros de Empréstimos e adiantamentos a clientes	33.756.062	20.530.567
Juros de disponibilidades e aplicações em Bancos	167.854	5.805
Total	33.923.917	20.536.372

6. Juros e encargos similares

Os juros e encargos apresenta-se como segue:

Descrição	26-Jun	25-Jun
Juros e encargos com papel comercial e obrigações	4.650.000	1.375.000
Total	4.650.000	1.375.000

7. Rendimentos com serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões apresenta-se como segue:

Descrição	26-Jun	25-Jun
Taxa administrativa e outras comissões	2.111.829	1.189.203
Total	2.111.829	1.189.203

8. Encargos com serviços e comissões

Os referidos encargos apresentam-se como segue:

Descrição	26-Jun	25-Jun
Encargos com o processamento de serviços e comissões	641.757	11.116
Total	641.757	11.116

9. Outras perdas operacionais (Reversões na recuperação de crédito)

A perda por reversão e recuperação é como segue:

Descrição	26-Jun	25-Jun
Abate de crédito	1.210.384	584.377
Abate de activos	45.500	78.400
Total	1.255.884	662.777

10. Custo com pessoal

Os custos com pessoal apresentam-se como segue:

Descrição	26-Jun	25-Jun
Remunerações dos trabalhadores	5.692.849	3.994.393
Encargos sobre remunerações	209.670	147.356
Cursos de Capacitação	39.850	-
Assistência Médica	400.734	628.695
Total	6.343.104	4.770.444

No montante acima referido, encontra-se incluído a remuneração dos órgãos sociais, conforme descrito a seguir:

Descrição	26-Jun	25-Jun
Remuneração dos Órgãos Sociais	3.208.333	2.280.000
Assistência Médica	27.383	23.205
Total	3.235.716	2.303.205

11. Gastos Gerais Administrativos

Os gastos gerais administrativos apresentam-se conforme segue:

Descrição	26-Jun	25-Jun
Gastos gerais de escritório	1.826.899	1.684.298
Comissões a intermediários	2.780.211	3.195.131
Informática	1.559.411	535.343
Total	6.166.521	5.414.771

12. Amortizações do exercício

As Amortizações do exercício apresentam-se conforme segue:

Descrição	26-Jun	25-Jun
Activos tangíveis	415.021	423.831
Activos intangíveis	174.889	154.695
Total	589.910	578.526

13. Imparidade de Outros Activos Financeiros Líquidos

O movimento de imparidade durante o exercício apresenta-se como segue:

Descrição	26-Jun	25-Dez
Saldo de abertura a 01 de Janeiro de 2026	4.621.962	2.025.635
Reforço	5.756.184	3.048.843
Reversões	(914.142)	(452.516)
Saldo a 30 de Junho de 2026	9.464.004	4.621.962

14. Caixa

Descrição	26-Jun	25-Dez
Fundo de Maneiro MZN	23.123	12.907
Total	23.123	12.907

15. Disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica apresenta-se como segue:

Descrição	26-Jun	25-Dez
Banco de moçambique	250.000	250.000
Total	250.000	250.000

16. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica apresenta-se como segue:

Descrição	26-Jun	25-Dez
Depósito à ordem	25.757.163	31.714.816
Total	25.757.163	31.714.816

17. Crédito a clientes

O valor desta rubrica é composto por:

Descrição	26-Jun	25-Dez
Empréstimos a clientes	165.320.040	144.039.447
Juros a receber (accrual)	2.686.382	2.696.894
Crédito Bruto	168.006.422	146.736.341
Imparidade (Provisões)	(9.464.004)	(4.621.963)
Crédito líquido	158.542.418	142.114.379

18. Outros Activos

Descrição	26-Jun	25-Dez
Outros Devedores	2.851.529	2.621.804
Total	2.851.529	2.621.804

19. Activos tangíveis

Descrição	Dez-2025	Adições	Transferências	Abates	Jun-2026
Custo					
Edifícios	1.427.003	-	-	-	1.427.003
Mobiliário e equipamento administrativo	2.873.283	45.000	-	-	2.918.283
Investimentos em Curso	-	-	-	-	-
Total	4.300.286	45.000	-	-	4.345.286

Descrição	Dez-2025	Amortizações	Transferências	Abates	Jun-2026
Amortizações					
Edifícios	(689.690)	(142.695)	-	-	(832.385)
Mobiliário e Equipamento Administrativo	(1.084.483)	(272.326)	-	-	(1.356.809)
Investimentos em Curso	-	-	-	-	-
Total	(1.774.173)	(415.021)			(2.189.194)
Valor líquido	2.526.113				2.156.092

20. Activos intangíveis

Descrição	26-Jun	25-Dez
Custo	1.515.669	1.515.669
Amortização	(903.871)	(728.981)
Saldo	611.799	786.688

21. Outros Passivos

Descrição	26-Jun	25-Dez
Outros credores	3.122.695	2.406.175
Credores - sócios, accionistas ou pro	3.706.908	19.648.027
Acréscimos de gastos	657.379	933.137
Gastos diferidos	1.123.166	232.852
Impostos retidos na fonte	83.277	185.943
Total	8.693.426	23.406.134

22. Recursos de clientes e outros empréstimos

A rubrica apresenta-se como segue:

Descrição	26-Jun	25-Dez
Emissão de Papel Comercial	37.000.000	37.000.000
Emissão de Obrigações	70.000.000	40.000.000
Total	107.000.000	77.000.000

Durante o exercício, a sociedade Dumba procedeu a duas emissões de instrumentos de financiamento, conforme se descreve:

- **Papel Comercial:** emissão no montante de 37.000.000, remunerado à taxa média anual de 12,5%, com prazo de vencimento de 1 ano.
- **Obrigações:** emissão no montante de 70.000.000, remunerada à taxa média anual de 11,4%, com prazo de maturidade entre 3 e 5 anos.

23. Capital

O Capital social apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	26-Jun	Dez-2025
José Luís Veloso dos Santos	31.470.000	25.071.000
Matias Maringue Guente	23.602.500	18.802.000
Miguel Pina Veloso dos Santos	23.602.500	18.802.000
Total	78.675.000	62.675.000

24. Contingências e compromissos

À data da Posição Financeira a entidade não possuía nenhuma contingência e passivo.

25. Gestão de riscos financeiros

A entidade encontra-se exposta essencialmente ao (i) risco de mercado, (ii) risco de liquidez e (iii) risco de crédito. O principal objectivo da Direcção Executiva ao nível da gestão de risco é o de reduzir estes riscos a um nível considerado aceitável para o desenvolvimento das actividades da entidade. As linhas

orientadoras da política de gestão de risco são definidas pela Direcção Executiva da entidade, o qual determina quais são os riscos aceitáveis.

Risco do mercado

O risco de mercado é a possibilidade de se incorrer em perdas devido a variação inesperada nas taxas de juro (risco da taxa de juro).

Risco Operacional

Risco operacional é a possibilidade de se incorrer em prejuízos decorrentes de falhas humanas, falhas ou deficiências nos procedimentos de controlo interno, nos sistemas de informação, nos sistemas de segurança de meios materiais, falhas ou incumprimento do plano de contingência, ou outros prejuízos provocados por eventos externos (evolução da tecnologia), no âmbito da actividade da instituição.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de satisfazer as necessidades de tesouraria incorrendo em perdas adicionais.

Risco de crédito

O risco de crédito está associado à perda por ausência de pagamento ou por incumprimento de contrato pela contraparte. Quando uma entidade empresta dinheiro a outra, espera receber o dinheiro que emprestou assim como o recebimento de juros. Desta forma, a entidade fica dependente da capacidade de pagamento do credor, sofrendo uma perda se não lhe forem pagos os juros ou não lhe devolverem o capital. O risco de crédito ocorre sempre que existe a probabilidade de uma contraparte não pagar à outra parte um cash-flow no futuro.

26. Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas presumido que a entidade está em continuidade e manterá as suas actividades no futuro previsível.

27. Eventos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (eventos ajustáveis) são Demonstrações Financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação que ocorram após a data do balanço (eventos não ajustáveis) são divulgados nas Demonstrações Financeiras se forem consideradas matérias.

Anexo à Circular nº3/SHC/2007



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 30 DE JUNHO 2026

(milhares de meticais)

Código de contas	DEBITO	JUNHO 2026	JUNHO 2025
79+80	Juros e Rendimentos Similares	33 924	20 536
66+67	Juros e Encargos Similares	4 650	1 375
	Margem Financeira	29 274	19 161
82	Rendimentos de Instrumentos de Capital	-	-
81	Rendimentos com serviços e Comissões	2 112	1 189
68	Encargos com Serviços e Comissões	(642)	(11)
-692-693-695 (1)-696 (1)-698-69900-			
	Resultados de Activos e Passivos Avaliados ao Justo valor através de Resultados	-	-
69910+832+833+835 (1)+836 (1)+838+83900+83910			
-694+834	Resultados de Activos Financeiros Disponiveis para Venda	-	-
-690+830	Resultados de Reavaliacao Cambial	-	-
-691-697-699 (1)-725 (1)-726 (1)+831+837+839 (1)+843 (1)+844 (1)	Outras Perdas Operacionais	(1 256)	(663)
-695 (1)-696 (1)-69901-69911-75-720-721-725 (1)-726			
(1)-728+835 (1)+836 (1)+83901+83911+840+843 (1)+844	Outros Resultados de Exploracao	1 100	594
(1)+848			
	Produto Bancario	30 588	20 271
70	Custo com Pessoal	6 343	4 770
71	Gastos Gerais Administrativos	6 167	5 415
77	Amortizacao do Exercicio	590	579
784+785+786+788-884-885-886-888	Provisoes Liquidadas de Reposicoes e Anulacoes		-
760+7610+7618+7620+76210+76211+7623+7624+7625+			
7630+7631+765+766-870-8720-8710-8718-87210-87211-	Imparidade de Outros Activos Financeiros Liquidados de Reversoes e Recuperacoes	4 842	594
8723-8724-8726-8730-8731-875-876			
768+769 (1)-877-878	Imparidade de Outros Activos Liquidada de reversoes e Recuperacoes	-	-
	Resultado Antes de Impostos	12 646	8 913
65	Impostos Correntes	-	-
74-86	Impostos Diferidos	-	-
640	Resultados após Impostos	12 646	8 913
-72600-7280+8480+84400	Do qual: Resultado Liquido após Impostos de Operacoes Descontinuadas	-	-
TOTAL		12 646,2	8 913

(1) Parte aplicável do Saldo destas Rubricas.

O Responsável pela Informação

(P / O Director)



NUI: 401469321***NUEL: 101825426

Circular n°3/SHC/2007

Código de contas	ATIVO	ANO		ANO ANTERIOR	Código de contas	PASSIVO	ANO	ANO ANTERIOR
		Valor antes de Provisões, Imparidade e Amortizações	Provisões, Imparidade e Amortizações					
10-3200	1. Caixa e disponibilidades em bancos centrais	273	-	273	38-331 (1)340+320+5211 (1)+5316	Recursos de Bancos Centrais	-	-
11-3201	2. Disponibilidades em outras instituições de crédito	25 757	-	25 757	43(1)	Passivos Financeiros devidos para Negociação	-	-
153 (1)+158 (1)+16	3. Ativos Financeiros Devidos para negociação	-	-	-	43(1)	Outros passivos Financeiros ao Justo valor através de Resultados	-	-
153 (1)+158 (1)+17	4. Outros Ativos Financeiros ao Justo valor através de Resultados	-	-	-	38-331 (1)341+5201+5211 (1)+5318 (1)	Recursos de outras Instituições de Créditos	-	-
154+158 (1)+18+34888 (1)	5. Ativos financeiros disponíveis para Venda.	-	-	-	40+41-331 (1)-3412-3413+5203+5203+5211	Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	37 000	37 000
13-150+158 (1)+159 (1)+3203+3310 (1)+3408 (1)-350-3503	Aplicações em Instituições de Crédito	27 000	-	27 000	42-331 (1)3414+2004+5211 (1)+5312	Responsabilidades representadas por Títulos	70 000	40 000
14+151+152+158 (1)+3304+3310 (1)+3400+3408+3510-3518-352 (1)-3521 (1)-5210 (1)+5310+5318	Créditos a clientes	188 008	9 464	158 542	44	Derivados de Cobertura	-	-
156+158 (1)+159 (1)+321-3307+3310 (1)+3425-355-3524-5210 (1)-5303 (1)	Investimentos deidos até a maturidade	-	-	-	45	Passivos não correntes devidos para Venda e operações descontinuadas	-	-
21	Derivados de Cobertura	-	-	-	47	Provisões	-	-
25-3580	Ativos não correntes devidos para Venda	-	-	-	490	Passivos por impostos correntes	53	5 402
26-3581 (1)-360 (1)	Propriedade de Investimentos	-	-	-	491	Passivos por impostos diferidos	-	-
27-3581 (1)-360 (1)	Outros Ativos tangíveis	4 345	2 189	2 156	490+488+489 (1)-3311 (1)-3311 (1)-3416 (1)+5208 (1)+5211 (1)+5314 (1)	Outros passivos Subordinados	-	-
29-3583-361	Ativos Intangíveis	1 516	904	612	51-3311 (1)-3417-3418+50 (1)+5204+5205+5206+5207+5208+5209+5218 (1)+54 (1)-54 (1)-54 (1)	Outros Passivos	8 683	23 400
24-357	Investimentos em filiais associadas e Empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-
300	Ativos por impostos correntes	1 419	-	1 419	55	Capital	78 675	62 675
301	Ativos por impostos diferidos	-	-	-	602	Premios de Emissão	-	-
12+157+158 (1)+159 (1)+152+3202+3308+3310 (1)+338+34658 (1)+34659 (1)+34660 (1)+34661 (1)+34662+5210 (1)+5204+5208 (1)+54 (1)+54 (1)+54 (1)	Outros Ativos	2 852	-	2 852	57	Outros Instrumentos de Capital	-	-
					-56	Ações Próprias	-	-
					58+59	Reservas de Reavalição	-	-
					60+62+61	Outras reservas e resultados transferidos	11 543	(5 224)
					64	Resultado do Exercício	12 646	16 767
					-63	(Dividendos antecipados)	-	-
TOTAL DO ACTIVO		231 168	12 557	218 611	TOTAL DO PASSIVO		218 611	180 027

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas
(2) A rubrica 50 deveria ser inscrita no activo se tiver saldos devedor e no passivo se tiver saldo credor
(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo



NUIT: 401469321***NUEL: 101825426